

VÍCIOS DE LINGUAGEM E IDIOTISMOS: A FALA COMO UNIDADE DE ESTUDOS NAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS BRASILEIRAS EM LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE 1881-1890¹

STYLISTIC VICES AND IDIOTISM: ORAL LANGUAGE AS A UNIT OF STUDY IN BRAZILIAN PORTUGUESE NORMATIVE GRAMMARS – 1881 - 1959

Ednei de Souza Leal*

RESUMO: Este artigo aborda algumas gramáticas de língua portuguesa produzidas no Brasil entre 1881 e 1890. O objetivo é mapear os capítulos sobre “vícios de linguagem” e “idiotismos” que, em nosso ponto de vista, mostram dados relevantes sobre a *fala*. Procuramos, neste trabalho, promover uma discussão epistemológica desses capítulos nas Gramáticas Tradicionais, bem como apontar suas validades históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia linguística. Gramáticas tradicionais brasileiras. Vícios de linguagem.

ABSTRACT: This paper discusses some normative Portuguese grammars published in Brazil from 1881 to 1959. The aim of the study is to map chapters about “stylistic vices” and “idiotism”, which from our perspective present relevant features of the oral language, which is not privileged in normative grammar books. These chapters, in addition to providing valuable data, present implicitly, political discussions about the national language. Considering the precepts of contemporary Linguistics Historiography and Philosophy of Linguistics, this paper aims to demonstrate the value of these old reference grammar books, their usefulness, which may not be epistemological, but are at least of historical interest for studies about language in Brazil.

KEYWORDS: Traditional grammars, Linguistics Historiography, Philosophy of Linguistics.

¹ Este trabalho foi concretizado graças à bolsa CAPES/Reuni que o autor recebe. Bolsa essa garantida pelo programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: edsleal79@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo, neste trabalho, é verificar o tratamento dos metatermos *vícios de linguagem e idiotismos* no cerne de algumas gramáticas normativas em língua portuguesa produzidas no Brasil entre 1881 e 1890, parte de um período que ficou conhecido como o das “gramáticas científicas”. (SILVA, 2006). O período ficou assim conhecido porque empregava os métodos histórico-comparativos europeus, desenvolvidos já desde a primeira metade do século XIX, e que vieram a se popularizar nas ciências após a proliferação do Positivismo.

Serão analisadas, desse período, obras nomeadas *Grammatica Portuguesa*, a primeira de RIBEIRO, Júlio, 1881; a segunda de RIBEIRO, João, 1887; a terceira de GOMES, 1887. Em relação a essa última, embora a primeira edição seja de 1887, apenas tivemos acesso à 15ª edição, de 1913. E, ainda, incluiremos os *Serões Grammaticais* de CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto, de 1890.

A *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro é tida como a primeira do supracitado período (SILVA, 2006.); e os *Serões Grammaticais* é tido por muitos estudiosos, como Moura Neves 2002, como uma das gramáticas de cunho pedagógico mais bem elaboradas do período.

Assim, o que buscamos é investigar o fato de que tais termos, nas gramáticas desta natureza, eram destinados à língua falada e/ou a suas expressões idiomáticas. Na verdade, segundo Nascentes, (NASCENTES, 1952) o termo *idiotismo* seria melhor empregado como *idiomatismo*, pois os *idiotismos* são expressões idiomáticas próprias de uma língua.

Para além dos fatos históricos, e seguindo a linha de pesquisa da Historiografia Linguística, pretendemos não somente estudar e investigar, nessas gramáticas, as exposições da língua portuguesa falada no Brasil em fins do século XIX, mas também, procuramos vincular nosso trabalho à Filosofia da Linguística, mais propriamente no que concerne à sua epistemologia, apontando os dados aqui levantados como sugestões aos estudos dialetais, que podem vir a ser úteis para uma eventual reconstrução do Português Brasileiro (PB). Assim como, dadas as devidas diferenças, pretendemos estudar o que são os documentos medievais para o estudo da reconstrução da língua portuguesa em seu percurso desde seu primeiro registro escrito, por volta do final do século XII. Para tanto, vinculamos nosso trabalho principalmente às ideias de Nascimento (2005), Auroux (1995), Koerner (1978), Mattos e Silva (1995 e 2000), Pinto (1978) e Borges Neto (2004 e 2013).

Procuramos também demonstrar que mesmo que as Gramáticas Tradicionais (GT) do período em questão tenham tomado o recorte da *língua escrita* como ideal, elas não desprezaram a *fala*, justamente por exporem inúmeros exemplos, dos quais nos valeremos para a construção de nossa argumentação. Nesse particular, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Quando dizemos que a GT elenca a *escrita* como ideal em sua descrição, devemos lembrar que a própria GT é uma teoria; sendo assim, uma dada teoria precisa delimitar seu objeto de estudo. Embora a GT nem sempre tenha tido como objetivo a *escrita*, basta lembrarmos que, tanto Dionísio (II a.C.)

(CHAPANSKI, 2003), quanto Quintiliano (I d.C.), tinham como um de seus objetivos pedagógicos a perfeita “leitura” e “interpretação” dos *clássicos*, ou seja, de textos literários. A partir, principalmente, do Iluminismo francês, com o advento das gramáticas racionalistas², a noção de *erro* começa a ser associada à fala, isso porque esses gramáticos vinculavam diretamente a linguagem ao pensamento; assim, pensar bem (e falar bem) é ter pleno domínio da língua:

Em 1775, Condillac, no seu *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parme*, chega ao ponto extremo do aristocratismo linguístico, próprio às gramáticas racionais seiscentistas. O que importa é **escrever bem** por **pensar bem**, o discurso modelo é o da Academia; seu itinerário vai dos grandes textos às regras, itinerário reservado à elite, que só ela poderá alcançar a “*langue achevé*” (CHEVALIER, J.-Cl. 1979, p.20-34, *apud* MATTOS E SILVA, 1995, p.17.)

E ainda segundo a mesma Mattos e Silva: “Essa tradição francesa herdada por Portugal e por sua via transferida ao Brasil, só teve seus alicerces abalados pelas novas orientações linguísticas do século XX (...)” (MATTOS E SILVA, 1995, p.18)

Como vimos, o próprio objetivo da GT muda ao longo do tempo, fazendo com que se torne, não apenas um manual de normas que repete regras preestabelecidas secular-

mente, mas algo que pode mesmo acumular conhecimentos dos mais diversos ao longo dessa tradição. Dessa forma, podemos concluir que *fala*, para a tradição greco-latina, era a habilidade a qual o cidadão deveria dominar para que se destacasse na sociedade e, para isso, nada melhor que textos exemplares: a *Iliada* e a *Odisseia* para a cultura grega e a *Eneida* para a romana. Já na lógica conservadora das gramáticas racionais, a fala é a língua em *desordem*; a escrita é tida como ideal de língua. Ou seja, desde a antiguidade há o que Lyons (LYONS, *apud* ROBINS, 1979, p.17) chama de *erro histórico*, quer dizer, tomar-se a *escrita* como objeto primordial. Diferentemente, para o corte saussureano no início do século XX, a *fala* é o objeto privilegiado de estudos da linguística, isso porque é dela que se estabelece a *norma*, mesmo a escrita, e não o contrário³.

Historicamente, a Independência do Brasil (1822) trouxe, obviamente, importantes consequências para o desenvolvimento do país. No caso estrito da língua, desenvolve-se entre intelectuais das mais diferentes posições as discussões em torno da chamada *Língua Nacional*. Politicamente, a contenda foi travada por nomes marcantes da intelectualidade brasileira, desde Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, passando por João Ribeiro, até Celso Cunha e Antônio Houaiss. À questão da *Língua Nacional* é essencial a inclusão das matérias gramaticais *idiotismos* e *vícios de linguagem*, rebatizadas justamente de *brasileirismos*. Deixemos de

² Tradição esta que foi largamente influente na gramaticografia em Língua Portuguesa, basta ver, por exemplo: Gramática Filosófica da Língua Portuguesa de Lima e Bacelar, de 1783 e Gramática Filosófica Portuguesa de Soares Barbosa, de 1822.

³ Para maiores detalhes ver o estatuto de norma em MATTOS E SILVA, 1995, pp. 16-21; MATTOS E SILVA, 2000; e MOURA NEVES, 2002.

lado as contendas políticas e nos concentremos nos metatermos aqui sugeridos.

Ainda, pretendemos demonstrar também que não há consenso entre gramáticos sobre quais fenômenos da língua *falada* ou *escrita* estariam circunscritos aos estudos dos vícios ou do *idiotismo*.

Embora esses compêndios pareçam hoje, com o advento de várias teorias pós-estruturalistas, não fazer muito sentido, os dados da *fala* ali expostos são essenciais para se entender, ao menos em parte, fenômenos linguísticos extintos, ou mesmo, fatos que antecipam intuições hoje já descritas.

AS GRAMÁTICAS

A gramática é um conjunto de intuições, responsório secular, que se materializa num compêndio, e se insere na sociedade enquanto instrumento pedagógico, normativo ou descritivo. Dessa forma, a GT põe-se como um saber linguístico institucionalmente instaurado, culturalmente fabricado e socialmente aceito. Dito de outra forma: a gramática se faz necessária por impor uma norma consensual na escrita. No entanto, e para além de mera lista do *bem escrever*, as chamadas gramáticas tradicionais, como já mencionamos, mudam seus objetivos ao longo do tempo, e põem-se mesmo como uma teoria da língua: ora prescritiva, ora pedagógica, ora descritiva.

A tradição normativa das gramáticas perdura até hoje, embora tenha sido dominante até praticamente o século XIX⁴. Seja

4 Para maiores detalhes ver sobre os “Neogramáticos”: PEDERSEN, 1962; LEROY, 1967; MATTOSO CÂMARA, 1975; ROBINS, 1979; TARALLO, 1990.

como for, a GT foi e, de certo modo, continua sendo o principal instrumento pedagógico na formação básica do cidadão. Dessa forma, vemos que desde o Iluminismo há um recorte da *escrita* como o ideal a ser seguido, o que, obviamente, também perdura no senso comum de nossa sociedade ainda hoje.

Neste trabalho, procuraremos demonstrar, ao menos em parte, que a GT não se resume num mero repositório de conceitos já bem delineados e estanques⁵. Em dada medida, esta mesma GT é maleável e aceita com certa facilidade novos preceitos advindos dos vários ramos das ciências da linguagem. Para isso, basta lembrarmos que a sintaxe não era matéria original da primeira gramática por nós conhecida, a já referida *Téchné grammatiké* de Dionísio o Trácio (CHAPANSKI, 2003). A sintaxe surge apenas na gramática de Apolônio Díscolo, II d.C. Ainda, basta lembrarmos que, hoje, nos compêndios escolares mais modernos, já estão presentes certas noções de *variedades dialetais*⁶. Assim, podemos notar que a GT vem incorporando, através dos séculos, novos preceitos, intuições e fatos sobre a língua. Em última instância, tomaremos aqui a posição adotada por Rosa Virgínia Mattos e Silva, para quem a gramática tradicional é

⁵ Neste particular, e talvez apenas neste, discordamos de BORGES NETO, quando este diz que: “Chamo de gramática tradicional a teoria das línguas humanas surgida na Antiguidade clássica e que se mantém essencialmente igual até os nossos dias, dando forma às gramáticas escolares, por exemplo.” (BORGES NETO, 2013, p. 89, destaque meu). Justamente, defendemos que tal GT incorpora preceitos advindos de vários e diferentes estudos ao longo dos séculos.

⁶ Ver, por exemplo, MAIA, 2008.

um “modelo a partir do qual (...) começamos a tomar consciência do que é a língua que usamos.” (MATTOS E SILVA, 2000, p. 11). E também a visão de BORGES NETO, 2013, para quem a GT é a primeira teoria consistente sobre a linguagem.

O PENSAMENTO LINGÜÍSTICO DO PERÍODO

Ainda que *fala* tenha ganhado status, o qual conhecemos hoje a partir do advento do Estruturalismo⁷, ela teve seu espaço nas GTs. Especialmente no caso do Brasil, nas gramáticas aqui produzidas, esse tema foi muito caro e profícuo, isso porque, dada a independência política no início do século XIX, assim como em outros países americanos, ao Brasil era de suma importância uma língua que fosse sua, justamente para refletir sua emancipação política de Portugal. Notemos que era pertinente, nessa época, um espírito nacionalista que viesse ao encontro do projeto de nação, já iniciado desde 1808, com a vinda da família real ao Rio de Janeiro.

Após 1822, ainda que nossa Independência tenha se dado de maneira relativamente pacífica, qualquer vínculo com a antiga colônia tornava-se praticamente inaceitável. Da mesma forma, nossa língua ganhara também independência, pelo menos aos olhos de alguns nacionalistas, os quais estavam fortemente empenhados numa ideia de Brasil nação.

A partir da década de 1870, ocorrem algumas reformas no sistema educacional

brasileiro, como, por exemplo, a de Fausto Barreto, e com elas, a produção de materiais para tal demanda. Dentre esses, surgem várias gramáticas, obviamente, com intenções pedagógicas. Essas gramáticas foram, além de meras cartilhas, obras que representavam, não apenas os pensamentos lingüísticos vigentes, como já o dissemos, do modelo histórico-comparativo, mas mesmo, ideias bastante originais, desenvolvidas pelos seus autores, definitivamente, intelectuais empenhados numa nova educação e num novo modo de enxergar os fenômenos lingüísticos.

Ao contrário de outras ciências, no Brasil, as chamadas *Ciências Humanas*, em especial, os estudos sobre a língua, iniciaram-se não numa instituição universitária, mas, em uma secundária, o Colégio D. Pedro II, o qual exigia, para admissão como professor, uma tese. De lá saíram gramáticos como João Ribeiro e Rocha Lima. O Pedro II foi referência até por volta dos anos 1940, quando, por essa época, surgiam as primeiras faculdades de Letras no País.

VÍCIOS DE LINGUAGEM E IDIOTISMOS NAS GRAMÁTICAS EM LÍNGUA PORTUGUESA

É ponto pacífico em todas as gramáticas aqui estudadas, que *idiotismo* é o mesmo que *expressão idiomática*, embora, frequentemente, conforme veremos a seguir, muitos gramáticos confundiram o termo com *erro*: “Da perversão de que é vítima a língua por parte das classes mais baixas das grandes cidades (...)” (GOMES, 1913 p. 472). Dessa forma, não é incomum encontrar, nos mesmos termos tidos como *erros*, e nos mesmos

⁷ Antes, mas sem muita repercussão, WHITNEY, 1898; antes dele os próprios Neogramáticos, 1878.

capítulos, os *idiotismos*, junto aos *vícios de linguagem*.

O étimo da palavra vem do grego *idiotismos*, chegado ao português, por via erudita, do latim *idiotismu* por volta do século XVIII. Significa, segundo Antenor Nascentes, “torneio de frase própria de uma língua” (NASCENTES, 1952, p. 55); ou seja, é o nome que se dá a uma expressão muito particular de uma dada língua que, por via literal, é impossível de se traduzir em outra língua. Modernamente, em dicionários e compêndios especializados, associa-se o *idiotismo* com fenômenos semânticos e pragmáticos (HOUAISS, 2012, AURÉLIO, 2012). O termo mais acertado, segundo a maioria dos linguistas, seria *idiomatismo* (TARSK, 2002). É também recorrente, em todas as gramáticas do nosso *corpus*, que os *idiotismos* são um fenômeno comum de toda língua natural. E embora comum, cada língua tem seus próprios *idiotismos*, que podem se resumir a uma palavra, ou se estender a uma expressão.

De qualquer forma, o que vamos discutir aqui é a relação entre *vício de linguagem*, *idiotismo* e *fala*, a qual deveria se esperar, inexistente nas GTs. Isso porque, os *idiotismos* e os *vícios de linguagem* são vistos, por esses gramáticos, como interferência da fala na escrita, daí o próprio termo *vícios*, o que comumente é usado ainda hoje nas bocas de vários professores de Língua Portuguesa. Além disso, constatamos que não há concordância, entre as gramáticas estudadas, sobre quais fenômenos da língua estão circunscritos ao capítulo ou parte concernente a *idiotismos* e sobre quais

seriam a parte sobre *vícios de linguagem*, como veremos adiante.

GRAMMATICA PORTUGUEZA, JÚLIO RIBEIRO, 1881:

A *Grammatica Portuguesa*, do mineiro radicado em Campinas, Júlio Ribeiro (1845-1890), editada pela primeira vez em 1881, é tida, pelos historiadores, (SILVA, 2006 e PINTO, 1978) como a primeira de um modelo que ficou conhecido como *gramática científica*, isso porque, esse tipo de compêndio recebeu intensa influência da linguística europeia novecentista, especialmente dos métodos encetados por teóricos alemães, e que ficou conhecido como método *histórico-comparativo*.

Nessa gramática não há uma parte exclusiva para os *idiotismos*, e nem para os *brasileirismos*, que seria uma espécie de *idiotismo* próprio do falar brasileiro. Há apenas três ocorrências de *idiotismo* ou de *vícios de linguagem* em toda a obra (RIBEIRO, 1881, p. 197, 198 e 291), sendo todas elas referidas pelo autor como *erros*. Procederemos, então, ao exame de capítulos correspondentes aos termos: o capítulo V, *Estilo* e o VI, *Vícios*. Vamos a eles.

Começa o pequeno capítulo sobre *Estilo* com uma sensível contradição, aparentemente sem critérios disponíveis para separar *fala* e *escrita*, diz o autor: “*Estilo* é o modo peculiar de falar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza: quem o corrige é a observação.” (RIBEIRO, 1881, p. 283), embora conviva com: “Todavia, há certos modos irregulares de expressão de pensamento (...)” (RIBEIRO, 1881, p. 283).

Dessa forma, se a matéria chama-se *estilo*, e se é apenas um modo peculiar de escrita ou fala, nada há que se corrigir. Vale, ainda, mencionar aqui a relação do que Júlio Ribeiro expressa, e as noções do ideal racionalista a respeito de *erro*: “aquele que pensa irracionalmente é incapaz de produzir enunciados com clareza.” (BECCARI E LEAL, 2013).

Apesar disso, são essas gramáticas que nos legaram *corpus* de valor inestimável, numa época em que pouco se preocupava com a *fala*. Desse modo, quando Júlio Ribeiro explica o *solecismo*, vício de sintaxe, já no capítulo VI, *Vícios de linguagem*, legamos registrada em sua obra formas ainda hoje usadas na *fala*: “Nós vai”, “Para tu” (RIBEIRO, 1881, p.283).

De forma geral, assim como em Carneiro Ribeiro (1890), aqui o autor faz uma classificação padrão dos *vícios de linguagem*: *barbarismos* para os vícios léxicos e *solecismos* para os vícios sintáticos. Dessa forma, Júlio Ribeiro encerra o assunto sobre a *contaminação da fala* sobre a *escrita*.

GRAMMÁTICA PORTUGUEZA, JOÃO RIBEIRO, 1887:

Seguramente João Ribeiro (1860-1934) foi um dos maiores intelectuais do período. Professor do afamado Colégio D. Pedro II, suas obras linguísticas ainda hoje são bastante estudadas.

Assim como em Júlio Ribeiro, não há um capítulo exclusivo aos *idiotismos*, no entanto, trata de muitos *erros*, os quais se enquadrariam como *idiotismo* ou *vício de linguagem*. De qualquer forma, de todos os gramáticos aqui estudados, João Ribeiro foi

aquele que possivelmente mais escreveu sobre *idiotismo*. Ainda assim, quando trata de *vício de linguagem* o autor é enfático: “Chamam-se *vícios de linguagem* as irregularidades da língua, produzidas pela ignorância do vulgo ou dos escritores pouco escrupulosos.” (RIBEIRO, 1887, p.295). Postura pouco comum para aquele que, alguns anos mais tarde, defenderia com veemência o português brasileiro (RIBEIRO, 1922 *apud* PINTO 1978).

Diferentemente de Júlio Ribeiro, no entanto, João Ribeiro separa *Figuras de Sintaxe* (*elipse, zeugma, assíndeto, silepse, hipérbato, anástrofe, pleonasma e polissíndeto*) de *Vícios de Linguagem*. Esse dividido em *solecismo, barbarismo, latinismo e galicismo*, que são, por assim dizer, heranças malfadadas de outras línguas (inglês e francês, principalmente) e da *língua do vulgo*. Seja como for, de todas as obras aqui estudadas, é João Ribeiro que mais se preocupa com os tais *vícios*, inclusive listando muitos deles, especialmente os lexicais, tais como “banal, audacioso, (...) comprometer, fazer, voluptuosamente (...)” (RIBEIRO, 1887, p.297), todos considerados pelo autor como *galicismos*.

Ainda, trata como *galicismo* construções como: “o *fato em discussão*” e “*estrada em construção*”, embora venha a admitir em seguida que: “(...) estão admitidos no uso vulgar” (RIBEIRO, 1887, p.300); ou seja, identificava já tais formas como sendo usuais na língua falada. Mais uma vez, chamamos a atenção aqui para o fato de que, para estes gramáticos *uso vulgar* era o mesmo que *fala*, noção ainda tributária das gramáticas racionalistas.

GRAMMÁTICA PORTUGUEZA, ALFREDO GOMES, 1887/1913:

Outra típica gramática da chamada fase *científica*. Nela, Alfredo Gomes não foge muito às regras das gramáticas de João Ribeiro ou Júlio Ribeiro. Dito de outra maneira, assim como as outras gramáticas acima anotadas, esta segue o mesmo padrão, qual seja: “**Vícios de linguagem** são alterações que sofre a língua em sua pronúncia e escrita por causa da ignorância do povo ou de escritores pouco escrupulosos.” (GOMES, 1913, p.397). Divide-os em *solecismo*, *barbarismo* e *cacofonia*. A primeira categoria, diferentemente das outras, as quais são erros sintáticos, é apenas de concordância e, quando muito, de regência; dentre os exemplos de concordância, temos: “Nós vai”, “Elas irá”, “Ele foi um dos que FEZ questão”. Nesse último exemplo, temos uma nota, na qual o autor afirma que já há escritores usando tal construção.

Na categoria sobre a *cacofonia*, divida-a em *eco*, *colisão*, *hiato* e *cacófato*. A primeira subdivisão seria o abuso nas repetições de sílabas, algo como “*FelizMENTE nesse momento um augmENTO aparENTE*” (GOMES, 1887, p.401); a *colisão* seria a repetição de fonemas: “a roupa do rei de Roma foi roída pelo rato” (GOMES, 1887, p.402). O *hiato* é a repetição de vogais abertas. O *cacófato* seria o “infeliz” encontro de certos sons ou sílabas: “vou-me já”, por exemplo.

O que surge de novo nessa gramática, é o fato de Alfredo Gomes ter dedicado quase 20 páginas (p.402-421) ao assunto *Dialeto* sem, no entanto, se eximir dos juízos de valor:

Não há verdadeiramente dialeto brasileiro, em que pese á autoridade de alguns sabedores dos fatos glóticos.” (p. 402); “a má colocação dos pronomes, como no falar brasileiro.” (p. 413); “(...) *amar é amá*, identicamente ao que se ouve entre os brasileiros, e principalmente entre gente inculta, que diz correntemente : *vem jantá, gosto de brincá*.” (p. 415); “Na colocação de pronomes erramos nós e eles, eles ainda mais que nós.” (p. 417); “Alguns desses fatos correm por conta do desleixo natural do povo (...)” (p. 417). (GOMES, 1887, destaques nossos).

Os nossos destaques na citação acima mostram que Alfredo Gomes também associa *fala* a *erro*.

SERÕES GRAMÁTICAIS, ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO, 1890:

Os *Serões Gramaticais*, do baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), segue o modelo da *gramática científica*. E embora siga o mesmo modelo, é uma gramática mais contestadora, ou mesmo, podemos dizer com segurança, uma *gramática autoral*. Neste ponto, no entanto, cabe uma ressalva. Autoral, chamo aqui, as gramáticas que não apenas copiam suas predecessoras, como grande parte da tradição gramatical, mas que contribuem, de uma maneira ou de outra, para uma inovação dentro do campo dos estudos da linguagem. Note-se que, inovações podem existir até mesmo em manuais tão tradicionais e supostamente fechados em seus ciclos, como, supostamente, são as gramáticas tradicionais; por isso, autorais e, portanto, inovadoras.

Os capítulos correspondentes são os seguintes: “Vícios de Linguagem”, capítulo XII, e “Idiotismos, brasileirismos, provincianismos”, capítulo XIII.

Possivelmente, é uma das primeiras vezes, senão a primeira, que o termo *idiotismo* surge como capítulo independente numa GT. Carneiro Ribeiro privilegia muito a língua falada em sua gramática. Isso é demonstrado pela quantidade de exemplos levantados por Carneiro Ribeiro:

Dentre os *brasileirismos léxicos* notam-se certos vocábulos tomados às línguas e aos dialetos americanos e africanos. Tais os seguintes, que a língua timbra com a chancela nacional: *tapera, caipora, cacique, quilombo* (...) *taba, cuia* (...) *samba, samburá, traíra* (...) e os vocábulos de tratamento infantil *nhonhô, nhanhá, nenê, iaiá, ioiô*. (RIBEIRO, 1890, p.343).

E, ainda, Carneiro Ribeiro, já em 1890, registra: “(...) a locução admirativa *oh gente!* Pronunciada como se escrita *oh chente!*” (RIBEIRO, 1890, p.346), que depois veio a ser, inclusive, marcada como exclusiva do dialeto baiano.

Seja como for, dos gramáticos aqui estudados, parece Carneiro Ribeiro ser o mais consciente em sua descrição: “Brasileirismos são vocábulos da linguagem falada pelos brasileiros, ou modos de dizer especiais do idioma luso-brasileiro” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p.344). Isso, porém, não o exime de julgamentos de valor: “*anomalias gramaticais*” ou “*anomalias idiomáticas*” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p.352). De qualquer forma, pontua:

“Idiotismos são locuções, frases e modos de construir o discurso, próprios de um idioma particular. Não há língua que não [os] tenha (...) são louçanias que adornam e engraçam as línguas traduzindo o que estas têm de próprio (...)” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p.350). Assim, Carneiro Ribeiro inclui no capítulo concernente a *idiotismos*, o que, até então, de certo modo, não estava bem definido em outras gramáticas. Desse modo, trata como *vício* fenômenos como *barbarismos, solecismos, anfibologia, ambiguidade, obscuridade, hiato, cacófato* e *eco*. E como *idiotismo* estritamente as expressões idiomáticas: *brasileirismos, latinismos* etc. Chama, por exemplo, de *idiotismo* a flexão dos verbos no infinitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar neste trabalho que as gramáticas normativas (ou tradicionais) continham em seu cerne discussões sobre a língua falada, ainda que este não fosse seu foco. Dessa forma, procuramos mostrar o que continham nos capítulos intitulados *idiotismos* e *vícios de linguagem*, promovendo, assim, uma discussão epistemológica de tais termos, e como eles são ainda relevantes, se vistos como dados da língua *falada*. Muitos desses termos registrados por estes gramáticos não mais são correntes na *fala*, ou já não eram, desde o século XIX, pelo menos.

Quanto ao nosso *corpus*, da sua escolha se deu, primeiro, porque são gramáticas, historicamente, bastante representativas; e, segundo, porque todas versam, de um

modo ou de outro, sobre *vícios de linguagem* ou sobre *idiotismos*; por fim, porque é o período que aqui está em foco, ou seja, é o período determinado por vários historiadores (MATTOS E SILVA, 1995 e 2000; SILVA, 2006 e PINTO, 1978) como sendo o período das chamadas *Gramáticas Científicas*, o qual é extremamente relevante para se entender o decurso de nossa história intelectual, especialmente no que tange à educação e ao ensino da língua vernácula.

Por outro lado, o que procuramos mostrar é que a chamada Gramática Tradicional, ao contrário do que se apregoa, não é um mero compêndio que se repete secularmente, é antes um tipo de *tecnologia* (AUROUX, 2002) quase sempre em favor do ensino, da prescrição ou mesmo da descrição que agrega, ao longo do tempo, novos preceitos advindos de descobertas vindas, a princípio, da filosofia e, posteriormente, da linguística.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BECCARI, Alessandro Jocelito e LEAL, Ednei de Souza. "Pressupostos Epistemológicos na Sintaxe das Gramáticas Racionalistas". **Anais do VII MiniEnapol de Historiografia Linguística 2013**. São Paulo, no prelo.
- BORGES NETO, José. "Gramática Tradicional e Linguística Contemporânea: continuidade ou ruptura?": **Todas as Letras**, v.14, n. 1. 2013
- _____. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/24818>>. Acesso em: 01 jun. 2013.
- GOMES, Alfredo. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913, 15ª Edição, corrigida e aumentada. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obroo1>>. Acesso em: 25 abr. 2013.
- KOERNER, Konrad. **Toward a Historiography of Linguistics: Select essays**. Amsterdam: John Benjamins, 1978.
- LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1972.
- MOURA NEVES, Maria Helena. **A Gramática: história, teoria, análise e ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição Gramatical e Gramática Tradicional**. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. São Paulo / Salvador: Contexto: EDUFBA, c1995.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves : Academica, 1952-55.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas (org.). **A Historiografia Linguística: rumos possíveis**. São Paulo: Ed. Pulsar, 2005.
- PINTO, Edith Pimentel. **O Português do Brasil: Textos críticos e teóricos. Fontes para a teoria e a história**. São Paulo: Ed. Edusp, 1978.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões Gramaticais**. Salvador: Imprensa Popular, 1890.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza Exame de Portuguez 3º ano**. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C., 1889, 3ª Edição. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obro23>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Tipographia de Jorge Seckler, 1881, 1ª Edição, 299 pp. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obro27>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

ROBINS, Robert Henry. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SILVA, Maurício. “A Gramática brasileira novecentista: uma história”. **Revista Letra Magna**, Ano 3, Número 4, 2006.

Recebido para publicação em 23 ago. 2012.

Aceito para publicação em 29 jan. 2013.